



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

PREGÃO ELETRÔNICO n. 01/2018
Objeto: Registro de Preços para eventual contratação de licenças, créditos PSO e serviços de subscrição e suporte técnico da suíte de virtualização Vmware, para utilização pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e órgãos participantes.
Recorrente: WeltSolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli

1. RELATÓRIO

WeltSolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli - ME, CNPJ n. 21.550.873/0001-48, manifestou interesse em recorrer, inconformada com sua inabilitação no Pregão Eletrônico 01/2018, nos seguintes termos:

“Registramos intenção de recurso contra nossa desclassificação, os motivos serão apresentados em nossa peça recursal. Atentar para o item 9.4.1 do Acórdão TCU 2.564/2009 – Plenário, Acórdão 339/2010 (não rejeição de recurso)”.

Apresentou razões recursais (doc. 740-2018-75), alegando, em apertada síntese:

- que o edital não traz qualquer exigência quanto à competência *Network Virtualization* para a comercialização das soluções NSX, não havendo como prosperar a decisão que desclassificou a empresa do certame, uma vez que a licitante teria apresentado toda a documentação exigida para a participação na licitação;
- que, ainda que tivesse sido exigida a certificação em questão, a ora Recorrente possuía totais condições de obtê-la, tanto é que obteve a competência junto ao fabricante ainda durante o prazo da diligência efetuada pelo pregoeiro, o que só vem a reforçar que a empresa tem plenas condições de atender ao objeto licitado;
- que há entendimento consolidado do TCU no sentido de que certificações não podem ser exigidas como critério de habilitação, podendo-se apenas e em último caso, desde que seja necessária para a comercialização do produto no País, ser requisito para contratação, e não habilitação;
- que o suporte das licenças porventura adquiridas pelo TRT3 será feito pelo próprio fabricante, não havendo que se falar em “*complexidade do fornecimento, com alto valor agregado de negócio*”, conforme alegado pela segunda classificada no certame, por ocasião da interposição de seu recurso.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

O prazo para apresentação das contrarrazões transcorreu *in albis*.

É o relatório.

2. ADMISSIBILIDADE

2.1. Tempestividade

A desclassificação da *Arrow ECS Brasil Distribuidora Ltda*, segunda e última classificada do lote único, ocorreu às **15:07h** do dia **21/06/2018**, dando causa ao fracasso certame. Após, automaticamente, o sistema licitacoes-e abriu prazo de 24 horas para que os interessados manifestassem intenção de recurso. *Weltsolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli - ME* manifestou-se por meio eletrônico no dia **22/06/2018** às **09:39h**. Assim, conheço da manifestação, por tempestiva, com fulcro no art. 26 do Decreto n. 5.450/05, bem como no item 20.3 do Edital.

Quanto ao recurso, no que se refere à tempestividade, também conheço, eis que as razões recursais foram enviadas por e-mail no prazo legal, em **27/06/2018** (doc. 740-2018-73), em observância ao item 20.3.1 do edital, com supedâneo no art. 26 do Decreto n. 5.450/05.

Consigne-se que o citado e-mail, enviado pela ora Recorrente no dia **27/06/2018** às **13:35h**, não foi entregue em razão do tamanho dos arquivos anexados, tendo sido barrado pelos nossos servidores, motivo pelo qual foi efetuado seu **reenvio** no dia **28/06/2018**, dividido em três partes (docs. 740-2018-70/71/72).

Portanto, em que pese o fato de que as razões recursais e seus anexos tenham sido efetivamente recebidos somente no dia 28/06, após o final do prazo destinado à sua apresentação, esta pregoeira, levando em conta o princípio da razoabilidade, considerou tempestivo seu envio, uma vez que o não recebimento do e-mail no dia 27/06 se deu por razões alheias à vontade da Recorrente.

Há que se ressaltar, ainda, que, no dia 27/06/2018, último dia do prazo para entrega das razões recursais, este Tribunal teve expediente reduzido, até às 14:00, em razão de jogo da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA, motivo pelo qual somente foi oportunizado novo envio das razões, divididas em 3 partes, no dia seguinte, ou seja, 28/06.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Secretaria de Licitações e Contratos

2.2. Legitimidade e Interesse de agir

Também neste ponto, conheço do recurso, já que recorrente participou da licitação, tendo legitimidade para recorrer e interesse no resultado do recurso.

2.3. Motivação

No que concerne à motivação, a Recorrente limita-se, em sua manifestação de intenção de recurso, a dizer que os motivos seriam apresentados em conjunto com a peça recursal.

Cita acórdãos do TCU (Acórdão TCU 2.564/2009 – Plenário e Acórdão 339/2010), acerca da “não rejeição do recurso”, ainda que não motivado.

Neste aspecto, cumpre ressaltar que os citados acórdãos do TCU orientam que, no juízo de admissibilidade das intenções de recorrer, os pregoeiros se abstenham de analisar, de antemão, o mérito do recurso, verificando tão somente a presença dos pressupostos recursais, quais sejam, sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e **motivação**.

Desta forma, no juízo de admissibilidade da intenção de recurso, é necessário que se verifique a existência de todos os seus pressupostos, incluindo-se a motivação.

Assim dispõe o art. 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002:

“XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos”; (grifamos)

No presente caso, o Recorrente não motivou sua intenção de recurso, o que seria, por si só, motivo para o seu não conhecimento. Entretanto, em respeito ao inciso XXXIV, letra a, do art. 5º da Constituição da República, que prevê o direito de petição, esta pregoeira entendeu por bem em recebê-lo.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

3. MÉRITO

As razões de recurso da licitante WeltSolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli – ME versam exclusivamente acerca de sua inabilitação para prosseguir no certame. Suas alegações giram em torno da exigência da Competência *Network Virtualization* para a comercialização de itens objeto da licitação.

Verifica-se que a matéria já foi apreciada e decidida pela autoridade competente deste Regional, em sede de julgamento do recurso interposto por *Arrow ECS Brasil Distribuidora Ltda.* Tanto é assim, que a ora Recorrente ofereceu Recurso Administrativo *“em face da decisão do Ilmo. Diretor Geral, que, com fundamento em parecer jurídico, a inabilitou para o certame”*.

Desta feita, a Pregoeira entende não ser competente para decidir, motivo pelo qual encaminhará os autos para nova análise da autoridade competente, a fim de que ratifique a decisão tomada anteriormente ou, caso entenda cabível, reconsidere o entendimento já esposado.

4. CONCLUSÃO

Pelos fundamentos acima expostos, **resolve** a Pregoeira **conhecer** do Recurso interposto por WeltSolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli – ME e propor, s.m.j., que, no mérito, seja decidido pelo Ilmo. Diretor Geral, autoridade que entende ser competente para tanto.

Ao final, requer sejam devolvidos os autos à SELC, para a prática dos atos que se fizerem necessários.

Belo Horizonte, 18 de julho de 2018

Graziella Melgaço Pires Furtado de Mendonça
Pregoeira